

ATA NÚMERO 50/XIII/ 1.ª SL

Ao dia 8 do mês de junho de 2016, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da DECO, sobre “os constrangimentos sentidos pelos contribuintes no âmbito do processo de entrega da declaração do IRS relativa a rendimentos de 2015”.
2. Audição da ex-Secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo-Branco, sobre o processo de alienação do Banco Efisa.
3. Aprovação da ata n.º 49.
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2014.
Autor: Cristóvão Crespo (PSD).
5. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.ª (ALRAA) - Regime da responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes dos serviços regionais de saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade.
6. Apreciação e votação do parecer aos Projetos de Lei n.ºs 203/XIII/1.ª (BE) - Proíbe pagamentos a entidades sediadas em offshores não cooperantes, 204/XIII/1.ª (BE) - Define o conceito de beneficiário efetivo para efeitos do Código do IRC, 205/XIII/1.ª (BE) - Extingue os valores mobiliários ao portador e determina o carácter escritural dos valores mobiliários, assegurando a identificação dos respetivos titulares, 206/XIII/1.ª (BE) - Impede pagamentos em numerário acima dos dez mil euros e 207/XIII/1.ª (BE) - Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital.
Autor do parecer: João Paulo Correia (PS).
7. Apreciação e votação do parecer aos Projetos de Lei n.ºs 235/XIII/1.ª (BE) - Obriga à publicação anual do valor total e destino das transferências e envio de fundos para países, territórios e regiões com regime de tributação privilegiada – e n.º 236/XIII/1.ª (BE) - Condiciona os benefícios fiscais da Zona Franca da Madeira à criação de postos de trabalho estáveis e a tempo inteiro.
Autora do parecer: Cecília Meireles (CDS-PP).

8. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 253/XIII/1.ª (PS) - Isenta de IVA a doação de bens móveis a museus da Rede Portuguesa de Museus.
(Cabe ao PSD).
9. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 254/XIII/1.ª (PCP) - Retira à Autoridade Tributária a competência para a cobrança coerciva de taxas moderadoras.
(Cabe ao PS).
10. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2015.
11. Outros assuntos.

A Senhora Presidente iniciou a reunião cumprimentando uma delegação de assessores do Parlamento Nacional de Timor-Leste, informando depois os membros da Comissão de que um grupo de economistas, responsável por um documento de reflexão sobre o sistema bancário, solicitou, no decurso de uma audiência com o Senhor Presidente da Assembleia da República, uma audição à COFMA, tendo a Senhora Presidente sugerido a data de 15 de junho para realização da mesma.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) esclareceu que, a ocorrer, tratar-se-á de uma audiência concedida pela COFMA, e que é normal que haja documentos a acompanhar esse pedido. Acrescentou que a mesma não é urgente e que há mais audições a efetuar.

Senhora Presidente referiu que será uma audiência sob o formato de audição e que considera esta iniciativa relevante, tendo em conta o assunto em questão.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) notou que houve um pedido de audiência efetuado ao Senhor Presidente da Assembleia da República, o que será suficiente no que toca a formalização de vontade, tendo declarado que o PSD confia que a Senhora Presidente gerirá as prioridades da Comissão em consonância com os interesses da mesma.

A Senhora Presidente informou que as audições com o Ministro das Finanças (regimental) e com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais já se encontram marcadas e que será também agendada a audição com o Dr. Bruno Castro Henriques (Parparticipadas), preferencialmente para a próxima 4.ª feira de manhã.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) declarou concordar com a marcação da audiência em causa e lembrou que também é possível marcar audições para as 3.ªs feiras. Considerou o pedido de audiência efetuado oralmente perante o Senhor Presidente da Assembleia da República suficiente para o efeito.

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) referiu que acompanha o interessa na audiência com o grupo de economistas, sem prejuízo das outras audições que devem ser efetuadas.

A Senhora Presidente avançou para os pontos 3 e 4 da Ordem do Dia, antes de se iniciar a audiência com a DECO.

3. Aprovação da ata n.º 47 e 48.

A ata foi aprovada por unanimidade.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2014.
Autor: Cristóvão Crespo (PSD).**

Este ponto foi adiado para a próxima reunião.

1. Audição da DECO, sobre “os constrangimentos sentidos pelos contribuintes no âmbito do processo de entrega da declaração do IRS relativa a rendimentos de 2015”..

A Senhora Presidente deu as boas vindas à delegação da DECO, Dr.ª Rita Rodrigues, Dr. Tito Rodrigues e Dr. Ernesto Pinto, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audiência no requerimento apresentado pelo PSD e aprovado pela COFMA, sobre “os constrangimentos sentidos pelos contribuintes no âmbito do processo de entrega da declaração do IRS relativa a rendimentos de 2015”.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Fernando Anastácio (PS), Paulino Ascensão (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo a os representantes da DECO respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Fernando Anastácio (PS) e Miguel Tiago (PCP). Interveio ainda o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), tendo a delegação da DECO usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audiência.

A audiência foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audiência.

5. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.ª (ALRAA) - Regime da responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes dos serviços regionais de saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade.

As sugestões da DAPLEN foram todas acolhidas, sendo a redação final da iniciativa legislativa fixada sem votos contra.

6. Apreciação e votação do parecer aos Projetos de Lei n.ºs 203/XIII/1.ª (BE) - Proíbe pagamentos a entidades sediadas em offshores não cooperantes, 204/XIII/1.ª (BE) - Define o conceito de beneficiário efetivo para efeitos do Código do IRC, 205/XIII/1.ª (BE) - Extingue os valores mobiliários ao portador e determina o carácter escritural dos valores mobiliários, assegurando a identificação dos respetivos titulares, 206/XIII/1.ª (BE) - Impede pagamentos em numerário acima dos dez mil euros e 207/XIII/1.ª (BE) - Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital.

Autor do parecer: João Paulo Correia (PS).

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o parecer de que foi autor.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) saudou o autor do parecer e sugeriu algumas alterações, no sentido de distinguir melhor o que são citações das iniciativas legislativas e os considerandos. Efetuou-se ainda uma correção aos antecedentes legislativos. As correções foram aceites pelo Senhor Deputado João Paulo Correia (PS). Intervieram ainda a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudaram o autor do parecer e concordaram também com as alterações sugeridas.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação do parecer aos Projetos de Lei n.ºs 235/XIII/1.ª (BE) - Obriga à publicação anual do valor total e destino das transferências e envio de fundos para países, territórios e regiões com regime de tributação privilegiada – e n.º 236/XIII/1.ª (BE) - Condiciona os benefícios fiscais da Zona Franca da Madeira à criação de postos de trabalho estáveis e a tempo inteiro.

Autora do parecer: Cecília Meireles (CDS-PP).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o parecer de que foi autora.

A Senhora Deputada Rubina Berardo (PSD), o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) e a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) saudaram a autora do parecer. O parecer foi aprovado por unanimidade.

8. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 253/XIII/1.ª (PS) - Isenta de IVA a doação de bens móveis a museus da Rede Portuguesa de Museus. (Cabe ao PSD).

O PSD nomeou como relatora a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes.

9. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 254/XIII/1.ª (PCP) - Retira à Autoridade Tributária a competência para a cobrança coerciva de taxas moderadoras. (Cabe ao PS).

O PS designou como relator o Senhor Deputado Ricardo Leão.

10. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2015.

A Senhora Presidente recordou as auditorias solicitadas na última sessão legislativa e sugeriu que os GP's pensassem nas auditorias a pedir.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs que se seguisse a metodologia adotada na anterior legislatura, dividindo as auditorias entre os partidos que suportam o Governo e os partidos da oposição. Sugeriu também que sejam questionados o Governo e o Tribunal de Contas sobre o ponto da situação das auditorias solicitadas no ano passado. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou também o ponto da situação das auditorias dos últimos cinco anos.

A Senhora Presidente, na ausência de propostas contrárias, propôs então que se seguisse a metodologia da pretérita legislatura, não havendo oposição a essa sugestão.

2. Audição da ex-Secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo-Branco, sobre o processo de alienação do Banco Efisa.

A Senhora Presidente passou de seguida ao ponto dois da Ordem do Dia, dando as boas vindas à ex-Secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo-Branco, enquadrando a audição no requerimento apresentado pelo PS e aprovado pela COFMA, sobre o processo de alienação do Banco Efisa.

A Senhora Presidente agradeceu a disponibilidade manifestada pela Dra.ª Isabel Castelo-Branco, após o que deu a palavra à mesma, que efetuou uma intervenção inicial.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) efetuou uma interpelação à mesa, solicitando a distribuição do documento lido pela ex-Secretária de Estado.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Duarte Pacheco (PSD), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo a ex-Secretária de Estado respondido individualmente às questões colocadas. Intervieram ainda, em sede de interpelação à mesa, os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), sobre a existência de questões cuja colocação foi negada, João Paulo Correia (PS), sobre o juízo a efetuar na sequência da indisponibilidade do ex-Ministro Miguel Relvas para ser ouvido na Assembleia da República, e Miguel Tiago (PCP), para solicitar que se moderassem as interpelações à mesa e dar andamento aos trabalhos.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Duarte Pacheco (PSD), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo a Dr.^a Isabel Castelo-Branco usado da palavra para responder ao conjunto das questões. Interveio ainda o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), em sede de interpelação à mesa.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

6. Outros Assuntos.

Foi nomeado autor do parecer à Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.^a (GOV), para a qual a COFMA tem competência “conexa”, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

Não sendo discutida mais nenhuma questão, a reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de junho de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 8 de junho de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura